

Gonçalves promete alívio em janeiro

Rio — O secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves, anunciou ontem que o Governo deve adotar medidas econômicas em janeiro, que ele denominou de "contra-cíclicas" para reduzir o custo social do plano econômico acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre estas medidas, ele citou o apoio às exportações, a ampliação da área de abrangência do Seguro Desemprego e a alocação de recursos do próprio Seguro Desemprego em setores industriais que o Governo considere estratégicos para a manutenção do nível de emprego.

Gonçalves explicou que a ampliação de recursos para as exportações é viável porque o Governo zerou em novembro os atrasados do Fundo de Financiamento das Exportações (Proex). Segundo ele, esta decisão "estimula o setor privado a financiar as exportações". O acordo assinado pelo Brasil com o FMI prevê aumento do volume de exportações de 31,8% este ano para 35% em 1992.

Quanto à ampliação da área de abrangência do Seguro Desemprego, Gonçalves disse que o objetivo é

apressar os pedidos e desburocratizar as operações de desembolso. Ele afirmou que em novembro o governo arrecadou Cr\$ 250 bilhões de contribuições ao Fundo de Auxílio ao Trabalhador (FAT) e PIS/Pasep. Deste total, segundo ele, Cr\$ 60 bilhões são relativos ao Seguro Desemprego.

Gonçalves disse que a decisão de apressar os pagamentos não significa que o Governo tema demissões em massa no primeiro semestre. "É uma medida que precisávamos tomar para desburocratizar os pagamentos". O secretário disse que o Governo também deve alocar recursos do Seguro Desemprego, que representam 60% do FAT em projetos industriais estratégicos para a estabilização da economia, "talvez, construção civil".

O secretário explicou que a idéia é de que recursos do Seguro Desemprego possam vir a constituir um "funding" do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimentos em manutenção dos níveis de emprego de setores essenciais. Assim, a capacidade de investimento do Governo no se-

tor privado sofreria significativa ampliação porque 40% dos recursos do FAT são repassados por Lei ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a aplicação de recursos em projetos de desenvolvimento econômico.

Gonçalves afirmou também que os recursos excedentes do crédito agrícola podem ser utilizados como investimento aos setores básicos. Por outro lado, Gonçalves afirmou que o cenário que o Governo prevê para o primeiro semestre de 1992 não é de facilidades. "Será um período difícil. Mas a sociedade tem que fazer uma opção para que a economia possa se estabilizar. Acredito que o segundo semestre seja mais tranquilo. Agora, crescimento só a partir de 1993. Nosso compromisso para o próximo ano é de Produto Interno Bruto (PIB) zero".

Ele afirmou também que o Governo tem intenção de não acumular diferenças tarifárias do setor público em relação à inflação, de modo a reestabelecer a capacidade de investimento das estatais.